

Pulmão de pedra

Documentos inéditos revelam como a Eternit ofereceu festas e recreações para ex-funcionários com objetivo de assinar acordos extrajudiciais de valores irrisórios

POR ALESSANDRO SOARES

Pelo número de vítimas contaminadas pela fibra de amianto, a multinacional pode ser condenada a pagar R\$ 1 bilhão por dano moral coletivo. Ação pede, ainda, que Eternit assuma exames e tratamentos

Frequentar o churrasco do clube com a família, assistir aos jogos da Copa junto aos amigos no telão e celebrar o final de ano com cestas de Natal. Tudo isso pode ser oferecido naturalmente por uma grande empresa aos funcionários. Mas é incomum uma multinacional cortejar ex-trabalhadores com tanta

feita. Ainda mais depois de ter encerrado suas operações. Pode parecer estranho, mas a Eternit agiu assim. A revista **Labor** teve acesso a documentos que revelam como ex-colaboradores da fábrica em Osasco (SP), que produzia telhas e caixas d'água feitas de amianto, foram cortejados em confraternizações por quatro anos.



Sob pretexto de homenageá-los pelos serviços prestados, a multinacional, na verdade, convenciona os ex-empregados a assinar acordos extrajudiciais bastante desfavoráveis a eles.

Tudo começou em 1996, quando o prédio da fábrica já estava demolido, mas o antigo clube – a Associação Recreativa dos Colaboradores da Eternit (Arce), situado a um quilômetro da fábrica, estava intacto, embora desativado. A Eternit, então, emite convites particulares aos antigos trabalhadores e promove inúmeros eventos. A acolhida é tão grande que, no ano seguinte, o clube Arce volta a funcionar.

O convite de 28 de agosto de 1997, por exemplo, mostra o requinte de sedução da empresa. “Há exatamente um ano, promovemos o reencontro da Família Eternit no churrasco de confraternização realizado na Associação Atlética Floresta. Desde então resgatamos o espaço de convívio da Arce, realizamos encontros para discutir assuntos do interesse de todos e, principalmente, estamos mais próximos. Realizaremos no próximo dia 7 de setembro, a partir das 11h, novo churrasco nas dependências da Arce, proporcionando a todos a oportunidade de um reencontro.”

A maioria das cartas é assinada pelo então presidente da Eternit, Antonio Luiz Aulicino. O ex-trabalhador João Batista Momi (foto à pág. 14), 84 anos, foi um dos convidados e tem na gaveta algumas delas, como a de

27 de novembro de 1997. “Para marcar as comemorações natalinas, a Eternit realizará um grande churrasco de confraternização para todos os seus colaboradores e ex-colaboradores. A festa será no domingo, dia 7 de dezembro, às 11h, na sede da Arce. Gostaríamos de contar com sua presença e de sua família nesta data festiva. Será um grande prazer reencontrá-lo.”

Telão

A goleada de 4 x 1 que o Brasil deu no Chile, nas oitavas-de-final da Copa do Mundo na França, em 1998, também foi mais um dia estratégico para a Eternit cooptar seus antigos colaboradores. “Venha dar força à nossa seleção!!! Vamos passar agradáveis momentos juntos torcendo pela seleção brasileira na Arce, no próximo sábado, dia 27/6/98, às 16h. Será instalado um telão para melhor visualização e conforto. Contamos com a sua presença.”

Alternando as festividades, a Eternit promovia diversos encontros para tratar de acordos. A base era o chamado “instrumento particular de transação” (veja carta na pág. 14). Depois que assinava o documento, o ex-trabalhador era encaminhado ao ambulatório instalado na própria Arce para analisar

possíveis doenças relacionadas ao amianto, suas evoluções, e enquadrá-lo numa tabela indenizatória composta de três níveis de valor, de R\$ 5 mil, R\$ 10 mil e R\$ 15 mil, dependendo do estágio da contaminação. Além das compensações irrisórias, o ex-trabalhador era orientado a assinar uma procuração a ser repassada ao advogado da Eternit. Com isso, ficava obrigado a não recorrer à Justiça em busca de indenização.

De fato, ficava mais em conta arcar com rodadas de churrasco por quatro anos, bancar acordos financeiros franzinos e planos de saúde que garantiam o silêncio dos trabalhadores do que sofrer processos que chamariam a atenção da opinião pública e com valores indenizatórios que fossem do tamanho da tragédia das doenças ocupacionais geradas pelo pó de amianto.

Câncer e asbestose

A Eternit, que já havia realizado diversos exames nos funcionários em anos anteriores sem jamais ter entregado a eles os resultados, provavelmente já tinha ideia de que vários aposentados estavam contaminados. Assim como ocorreu na Europa e nos Estados Unidos, as doenças mais comuns são as placas pleurais e dois tipos de câncer que somente ocorrem pelo contato com o amianto: asbestose e

Osasco, 25 de setembro de 1998

Ilmo.(a) Sr.(a)
JORDELINO XAVIER

Foi com imensa satisfação que recebemos grande número de ex-colaboradores em nosso último encontro “**Conversa com a Eternit**”, realizado na sede da ARCE, no último dia 15 de agosto.

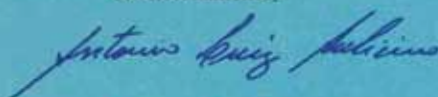
Dando sequência aos nossos contatos, estamos enviando, para conhecimento e análise de V.Sa., os seguintes anexos: a cópia e um resumo do *Instrumento Particular de Transação*, que reflete os termos dos entendimentos mantidos nas reuniões abertas realizadas em 05.07.97, 30.08.97, 13.09.97, 04.10.97, 11.10.97, 25.10.97 e 04.04.98.

Salientamos que mais de 400 ex-colaboradores da fábrica de Osasco já firmaram acordo idêntico e que vários ex-colaboradores da Mina de Cana Brava também o fizeram. Destacamos ainda que o referido *Instrumento* foi aprovado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração de Minerais Não-Metálicos de Minaçu, em assembléia realizada em 19.03.1998.

Realizaremos uma reunião de esclarecimento no dia 03.10.98, às 14h00, na sede da ARCE, Rua Paulo Lício Rizzo, nº. 260, Bela Vista - Osasco - SP.

Aguardamos o comparecimento de V.Sa. para que possamos dar prosseguimento aos entendimentos.

Atenciosamente,



Antonio Luiz Aulicino
Presidente da Diretoria

PS.: Solicitamos o obséquio de confirmar sua presença pelos telefones 7082.4514, 7084.1338 ou 7084.0403, com Maria do Carmo ou Nanci.

Eternit S.A. - R. Paulo Lício Rizzo, 260 - Ed.1 - Bela Vista - CEP 06018-010 - Osasco - SP

André Esquivel



mesotelioma. Conhecida como “pulmão de pedra”, a asbestose, aos poucos, destrói a capacidade do órgão de contrair e expandir, impedindo o paciente de respirar. Já o mesotelioma se dá no pericárdio, no peritônio e, principalmente, na pleura (membrana que envolve o pulmão). O paciente sente falta de ar devido a derrame pleural.

João Momi, que sofre de asbestose, afirma que a Eternit certamente sabia de tudo. Inclusive que essas doenças têm longo período de latência, podendo variar de 10 a 40 anos. O cálculo era simples. Quem tinha uma simples tosse seca ou leve cansaço durante os churrascos nos anos 1990 estaria doente na década seguinte. Melhor então negociar logo porque ficaria mais caro tratar de doenças quando o quadro se agravasse.

A previsão se confirmou. Quando começaram a aumentar os casos de morte, a partir de 2005, os detalhes dos acordos foram noticiados pela imprensa brasileira. Alguns pacientes assinaram termos até em leitos de unidade de tratamento intensivo (UTI) pouco antes de morrer. Mas o que era ignorado até então eram as estratégias iniciadas na década de 1990 e os detalhes de como a Eternit convenceu cerca de 3 mil ex-trabalhadores a assinar os acordos. O esquema do “instrumento particular de transação” conduzido no embalo de recreações

deu tão certo que, no início da década de 2000, os objetivos da Eternit estavam alcançados. Coincidentemente, no mesmo período, o clube fechou definitivamente suas portas e o terreno foi vendido.

Abrea

Isto é, o que aparentava ser um prolongado agrado da chamada “Família Eternit” aos ex-empregados, rapidamente teve o ciclo concluído em quatro anos. “Aqueles festas nunca me atraíram. Teve uma de que participei e tive oportunidade de pegar no microfone. Falei à diretoria da Eternit que nada daquilo interessava. E sim o futuro dos trabalhadores e a necessidade de um amparo justo, principalmente para quem estava adoecendo”, lembra João Momi.

Mas é provável que os acordos e eventos festivos do clube estivessem inicialmente fora dos planos da Eternit, já que havia fechado a fábrica de Osasco, a maior da América Latina, em 1993. Dois anos depois, com a demolição do prédio para em seu lugar se construir o supermercado Walmart, a impressão era de que os passivos trabalhistas estavam sob controle. A novidade inesperada para a Eternit é que no mesmo ano de 1995 surgia a Associação

Eternit pode ser condenada em R\$ 1 bilhão

Brasileira de Expostos ao Amianto (Abrea), que logo reuniu inúmeros ex-empregados. Novos casos de contaminados por fibra de amianto eram descobertos e encaminhados à Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Medicina e Segurança do Trabalho (Fundacentro). Finalmente nasciam, portanto, as provas das doenças por amianto. A busca na Justiça por indenizações parecia inevitável.

Silêncio epidemiológico

Na visão da auditora fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego, Fernanda Giannasi (leia perfil na pág. 20), a Eternit agiu muito rapidamente para neutralizar as iniciativas da Abrea. O êxito nos acordos extrajudiciais, segundo ela, foram muito danosos, porque gerou um silêncio epidemiológico muito grande. “As pessoas deixaram de ir aos tribunais defender seus direitos. Além disso, deixa de haver registro de doenças por amianto no serviço público de saúde, porque as vítimas que fizeram acordo iam para o serviço privado da Eternit, que controlava o silêncio dos doentes. Ou seja, a empresa, que antes manipulava a saúde dos trabalhadores, passou a monitorar suas doenças.”

Giannasi admite que a Eternit foi exitosa no plano não apenas por ter encantado seus ex-empregados com cortesias. Eles foram convencidos de que naquela época era difícil provar o nexo entre a doença e o trabalho na fábrica. “Os juízes também não tinham intimidade com o assunto e cada processo poderia levar mais de dez anos. Embolsar R\$ 10 mil e se calar era uma proposta tentadora.” Esta foi mais uma entre as várias maneiras que a Eternit utilizou para tornar os problemas do amianto invisíveis. Durante décadas, a empresa conseguiu esconder os diagnósticos dos funcionários envenenados. Quando se tornou evidente que a multinacional era responsável pelas enfermidades, o passo seguinte foi silenciar os doentes. E conseguiu.

Fórmula

A quantidade de pacientes invisíveis à imprensa, à Justiça e à medicina do trabalho impressiona. E vai além de Osasco, pois a Eternit impôs a fórmula do tal “instrumento” em outros estados. Antônio Marques Júnior, que trabalhou na fábrica do Rio de Janeiro, é um dos que assinaram o “instrumento particular de transação” em 7 de maio de 2001, com a Eterbrás Tec industrial Ltda. (sucessora da Eternit). No documento, a empresa reconhece a doença decorrente da exposição ao amianto.

Antônio trabalhou na Civilit (que foi sucedida pela Eternit do Brasil), de junho de 1960 a agosto de 1968. Saiu da empresa pelo período de apenas um mês e retornou em setembro de 1968, permanecendo até novembro de 1979. A partir de 2001, a doença evoluiu para asbestose. O quadro se agravou e Antônio morreu em 3 de agosto de 2012, como mais uma vítima do “pulmão de pedra”.

Lady Asbestos, a deusa grega armada com escudo para proteger a civilização, dá o tom de como no passado havia uma ideia de magia nas propagandas da Eternit sobre o uso industrial do amianto – também conhecido como asbesto. A aura é reforçada pela lenda de Carlos Magno, que assombrava os convidados quando atirava ao fogo uma toalha de mesa feita do mineral fibroso e, em seguida, a recolhia intacta. E também de bombeiros cobertos pelas chamas de um automóvel incendiado, mas protegidos com roupa e capacete de amianto.

Foi a tentativa de inventar um material para embalagens à prova de fogo que motivou o austríaco Ludwig Hatschek a desenvolver a patente “l’eternit”, em 1901. Batizado pelo símbolo da durabilidade, o invento revolucionou a indústria. Já em 1907 ocorria o primeiro relato médico de asbestose. Do apelido inicial de “mineral mágico”, passou a ser chamado de “pó maligno” por estudiosos que analisaram graves doenças respiratórias e câncer de pulmão de trabalhadores, mas que eram abafados pelo lobby da Eternit, cujo modelo de atuação foi adotado em todo o mundo, e apenas recentemente ruiu em dezenas de países.

No Brasil, o modelo permanece sólido, mas sofre novas rachaduras. Em agosto, o Ministério Público do Trabalho (MPT) ajuizou ação civil pública contra a Eternit S.A., responsável pela morte de milhares de ex-trabalhadores da fábrica de Osasco. Com isso, a empresa pode ser condenada a pagar R\$ 1 bilhão por dano moral coletivo. A ação pede, ainda, em antecipação de tutela, que a Eternit assuma os procedimentos de exames e tratamentos médicos.

Queda na Bolsa

O processo será prolongado. Mas a Eternit começou perdendo. Poucos dias após a repercussão na imprensa internacional da ação civil pública do MPT, as cotações da empresa na Bolsa de Valores caíram. Em seguida, uma liminar concedida pela juíza Raquel Gabbaí de Oliveira, da 9ª Vara do Trabalho de São Paulo, determinou que a multinacional pague as despesas com assistência médica integral dos ex-empregados da unidade de Osasco.

A decisão prevê que a empresa pague a todos os ex-trabalhadores da Eternit em Osasco que não estejam inscritos em plano de saúde custeado por ela atendimentos e procedimentos médicos, nutricionais, psicológicos, fisioterapêuticos, terapêuticos, interações e medicamentos. A multa por descumprimento da decisão é de R\$ 50 mil por empregado, a ser reversível à entidade de atuação na área de saúde ainda a ser indicada pelo MPT.

Para o coordenador nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho (Codemat), procurador do Trabalho Philippe Gomes Jardim, o valor da condenação não só é razoável para a dimensão dos acidentes, como também é plenamente viável de ser executado. “A Eternit lucra R\$ 100 milhões em média ao ano. Explorou Osasco por cinco décadas e mantém diversas fábricas em atividade. Sem falar que a empresa não fornece adequado acompanhamento médico aos seus ex-empregados.”



Reprodução

A Eternit manteve a planta industrial de Osasco funcionando por 52 anos, mesmo sabendo das consequências no uso do amianto e que abrangeu mais de 10 mil trabalhadores. O texto da ação do MPT destaca que de uma amostra de mil ex-trabalhadores da Eternit em Osasco, avaliados pela Fundacentro, quase 300 adoeceram por contaminação. Destes, 90 morreram entre 2000 e julho de 2013. Mas o número pode ser muito maior, já que a Eternit ocultou ou dificultou a ocorrência de registros.

Invisível

Uma das vítimas é Aldo Vicentin, que trabalhou no almoxarifado da Eternit de 1964 a 1968. Depois seguiu carreira de projetista em outras empresas, formou-se em Direito e foi dos primeiros a atuar na Associação Brasileira de Expostos ao Amianto (Abrea). Como advogado, ele acompanhava o sofrimento dos colegas, encaminhava processos e preparava documentos. Chegava triste em casa sempre que perdia um amigo. E foram muitos. “Quando teve o diagnóstico de mesotelioma em abril de 2008, escondeu de mim. Eu soube da gravidade pela internet. Era uma fibra de amianto muito profunda, invisível pelos Raios X. O pulmão ficou cheio de água. Fazia punção toda semana, numa dor incrível. Mas estava confiante”, recorda a viúva Gizélia Gomes Vicentin.

Atirou-se de cabeça. Queria viver. Em junho daquele ano, o pulmão foi retirado. Houve rejeição aos remédios e ele retornou à mesa cirúrgica, desta vez no intestino. Pediu para registrar uma foto completamente debilitado no leito para mostrar ao mundo do que o amianto é capaz. “A imagem choca, mas eu aceito divulgar por ser pedido dele.” Mesmo com um sofrimento incalculável, tinha forte esperança e o plano imediato era conhecer o neto que nasceria em outubro. Morreu no dia 3 de julho. “No fundo, ele sabia que o caso era fatal. Tanto que antes de se internar, sem eu saber, deixou tudo preparado. Documentação, enterro, os telefonemas a fazer. Tudo grampeadinho. Dedicava-se muito a mim. Quando se foi, eu fiquei sem chão.”

Muito pó

O presidente da Abrea, Eliezer João de Souza (foto da pág.18), 72 anos, enumera as batalhas que travou pelo banimento do amianto e na busca por justiça junto com o amigo. No mesmo ano em que Aldo saía da Eternit em Osasco, em 1968, Eliezer começou a bater o ponto como pedreiro, depois passou para o setor de acabamento de cortagem, ficando lá até 1981. Dois anos antes, começou a atuar no movimento sindical. Elegeu-se vereador de Itapevi (SP), em 1988, pelo Partido dos Trabalhadores. Agora se dedica à associação.

Apesar de ter sido afetado pelo pó de amianto e passado por procedimentos cirúrgicos, Eliezer não desenvolveu doenças tão agressivas como asbestose e mesotelioma. Mas foi por pouco. “Engoli muito pó. A contaminação ia muito além dos trabalhadores. A Eternit recortava os filtros de máquinas e sistemas de ventilação e doava aos empregados. Aí o pessoal fazia cortina, tapete, até cobertor e manta pra criança. Havia até fila para pegar essas peças.



E olha que a empresa já sabia de todas as doenças, mas não só desprotegia os operários como aumentava os riscos de suas famílias à exposição.”

Dentro de casa

Hoje, Eliezer contabiliza mais de 20 pessoas, maioria esposas de trabalhadores, que estão doentes por amianto. “Um tempo atrás esse grupo era de 12, mas foi aumentando. As mulheres foram contaminadas sem nunca terem pisado na fábrica, porque seus maridos trabalhavam a semana inteira com o macacão e o levavam para casa. Elas lavavam aquelas roupas impregnadas de pó. Hoje tem lavanderia nas fábricas, mas não naquela época. Uma colega nossa morreu recentemente de mesotelioma.”

Outro colaborador da Abrea, João Batista Momi – o que forneceu os documentos sobre convites do clube da Eternit (leia matéria à pág. 20) – tem memória privilegiada. Logo cedo ganhou de presente uma enxada do pai e começou a trabalhar aos 12 numa fábrica de fósforos. Entrou na Eternit em 1945, onde trabalhou por 32 anos na marcenaria e como mestre na seção de acabamento e cortagem central. Aposentou-se em 1977, aos 48 anos, e passou a atuar como

marceneiro autônomo até uns oito anos atrás. “Agora parei de vez. Não aguento mais. Muita cansaça, dor nas pernas, falta de ar.”

Momi tem asbestose. “O amianto no corpo sempre progride, mas, no meu caso, houve pequena redução por causa da natação que faço duas vezes por semana, há 10 anos. Isso ajuda a abrir o pulmão. Meu médico recomendou muito que não parasse e até aumentasse a carga. Saio tonto da piscina de tanto nadar. Faço mil metros. Ainda tem alongamento e ginástica, que não gosto, mas me faz bem.”

Caderninho

Depois de perder tantos colegas, Momi começou a fazer uma longa lista num caderninho. “Atualizo o que posso, mas, às vezes, não dou conta dessa tragédia. O Dorival Vetore, por exemplo, morreu em 22 de agosto de 2013, mas eu não sabia. Fui testemunha dele quatro meses antes. Só soube do Dorival por acaso, durante a missa de um mês de outro amigo, o João Ozualdo Viel, que faleceu em 29 de julho. Com o caderno na mão, João Batista Momi vai apontando as datas. “Só em 2013, foram

muitas perdas. Além dos que falei, olha só, tem o Benedito Gonçalves, que morreu em junho. Esdras Sampaio foi em abril. Tem mais ainda.”

Por envolver toda a família dos trabalhadores e pelo longo período de latência das doenças, a ação civil pública do MPT pede que a Eternit seja condenada também a tomar uma série de medidas de cuidado à saúde dos ex-trabalhadores de Osasco. Uma delas é a de que a empresa seja obrigada a promover periodicamente exames médicos de controle de todos os ex-empregados de até 30 anos após o encerramento das suas atividades, sob pena de multa de R\$ 50 mil por descumprimento em relação a cada ex-empregado. A ação pede ainda que a Eternit amplie o rol de exames médicos de controle de todos os ex-empregados, a exemplo de neoplasia maligna do estômago e da laringe e mesotelioma de peritônio e pericárdio. A multa também é de R\$ 50 mil por descumprimento para cada ex-empregado.

A ação prevê que a Eternit divulgue em emissoras de TV de maior audiência em horário nobre, e nos jornais impressos de maior circulação, a convocação para realizar exames médicos por um período de 30 anos. A ação

discrimina as especificações quanto a tempo de inserção e o espaço de anúncio. O não cumprimento da medida vai gerar multa de R\$ 100 mil por dia de atraso, com relação a anúncio em TV, e de mais R\$ 100 mil, com relação a jornais impressos. A divulgação deve relacionar que se trata de condenação judicial em ação civil pública ajuizada pelo MPT contra a Eternit.

Execução

O descaso da Eternit com relação ao tratamento dos empregados e na ocultação de dados é motivo de outra ação do MPT. Trata-se da ação de execução pelo descumprimento do termo de ajustamento de conduta que a empresa assinou em março de 2009, com o compromisso de emitir comunicado de acidente de trabalho (CAT) de todos os ex-empregados com suspeita ou diagnóstico de doença de trabalho relacionada ao amianto. O caso foi ganho e a Eternit já depositou em juízo R\$ 1,7 milhão, valor pouco acima do pedido pelo MPT devido a correções monetárias.

O MPT reuniu na ação de execução dez casos comprovados judicialmente como amostragem

de que a Eternit estava descumprindo o acordo. O texto da ação relata casos de trabalhadores que sofreram abusos da empresa com relação a seus direitos, a exemplo do servente e pintor Nelson de Oliveira, que trabalhou de 1970 a 1992 e morreu de mesotelioma no dia 5 de março de 2005. Um mês antes de sua morte, dois representantes da Eternit e o funcionário de um cartório fecharam acordo com Nelson no leito da UTI.

Em quadro quase terminal de saúde e a família em situação de desespero, o trabalhador assinou acordo extrajudicial no valor de R\$ 24,4 mil, pois a Eternit condicionou o tratamento médico à assinatura do acordo, datado de 4 de fevereiro de 2005. Além disso, Nelson teria de renunciar a qualquer outro tipo de direito, e a homologação judicial coube unilateralmente à empresa. A 3ª Vara do Trabalho de Osasco declarou nulo o acordo e condenou a Eternit a pagar R\$ 360 mil por danos materiais e morais. Mas a multinacional nunca emitiu comunicado de acidente de trabalho no caso do pintor Nelson de Oliveira, assim como não o fez com centenas de outros casos.

A ação civil pública e a ação de execução são resultado de grupo de trabalho especial sobre amianto, criado pelo MPT, em junho de 2013, para enfrentar a gravidade e a complexidade do tema.

Bancada da Crisotila

Inaugurada em agosto de 1941, a fábrica de Osasco foi desativada em 1993. A Eternit, no entanto, ainda mantém diversas fábricas em funcionamento em quase todas as regiões do país, como nas cidades de Colombo (PR), Rio de Janeiro, Simões Filho (BA) e em dois municípios de Goiás – Goiânia e Minaçu. Neste último funciona a única mina de extração de amianto em atividade do país.

O estado goiano é o lugar de origem dos políticos que mais defendem os interesses da Eternit. No Congresso Nacional, são chamados de Bancada da Crisotila, em referência ao amianto branco – o único ainda explorado

no Brasil. Apesar de ser menos agressivo do que o amianto azul e o marrom, o amianto crisotila foi o mais usado na indústria brasileira e, portanto, responsável pela maioria de mortes e doenças decorrentes da contaminação do mineral.

Já a cidade de Minaçu representa um dos pontos de partida para se entender como a indústria do amianto consegue se manter no Brasil. Lá é fácil encontrar pedras grandes de amianto decorando edifícios. E inspiram nomes de alguns comércios e serviços, a exemplo do Hotel Crisotila Palace.

Condenação na Itália é referência para o Brasil

A ação civil pública que o Ministério Público do Trabalho move contra a Eternit S.A. em R\$ 1 bilhão por dano moral coletivo e a obrigação de custear serviços médicos dos ex-empregados da fábrica de Osasco tem como paradigma o processo de Turim, na Itália. Em fevereiro de 2012, o antigo dono da multinacional na Europa, o suíço Stephan Schmidheiny, e seu ex-dirigente, o barão belga Jean-Louis Marie Ghislain de Cartier de Marchienne, foram condenados a 18 anos de prisão por crime de desastre doloso e culpados pela morte de 3 mil pessoas.

Na corte de Turim, ficou comprovado que eles sabiam do potencial cancerígeno do amianto, mas foram omissos, mantiveram indústrias abertas e ignoraram medidas sérias de proteção aos empregados. Os réus também foram obrigados a pagar pelo menos 95 milhões de euros em indenizações. A pena inicial era de 16 anos, mas, em 2013, foi ampliada em mais dois. Em maio de 2013, o barão morreu.

Outras ações semelhantes são movidas em vários países da Europa. A referência também é válida para o Brasil. O MPT considera o julgamento de Turim como marco judicial internacional histórico. "As instituições

italianas desvelaram, sob o enfoque objetivo, uma tecnologia e sua respectiva dinâmica empresarial poluidora as quais foram expandidas, de modo padronizado, por todo o planeta. Assim, foram replicados idênticos desastres dolosos em todos os estabelecimentos onde se instalou", argumenta o texto da ação.

O cenário atual também contribui para novos processos. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a cada ano, morrem 107 mil trabalhadores no mundo por doenças causadas pela inalação da fibra mineral. Somente na França, a estimativa é de que 100 mil pessoas vão morrer de enfermidades relacionadas ao amianto nos próximos 12 anos.

Banimento

Apesar de a OMS considerar o amianto cancerígeno desde 1977, a Noruega só o baniu em 1984 e foi pioneira na Europa, seguida por Suécia (1986) e Suíça (1989). Depois vieram Áustria (1990), Itália (1992), Alemanha (1993), França (1996), Bélgica (1998) e Reino Unido

(1999). Atualmente, o amianto é proibido em toda a União Europeia e em nações de outros continentes como Arábia Saudita (1998), Japão (2004) e Honduras (2004), num total de mais de 60 países.

Mesmo assim, o uso do amianto continua intenso em países menos desenvolvidos, pois mais de 125 milhões de operários no mundo são expostos ao pó maligno. Há ainda situações controversas como a do Canadá, que vetou o amianto dentro de casa, mas o exporta para a Índia. Na América do Sul, os únicos que baniram o uso do mineral foram Argentina (2001), Chile (2001) e Uruguai (2002).

Exceto a África do Sul, que decretou banimento em 2007, os países que formam o BRICS são justamente os maiores produtores do amianto, distribuídos entre China (30%), Índia (15%), Brasil (15%) e Rússia (13%).

Jaleco

Particularmente, na fábrica em Osasco, documentos levantados pela ação do MPT

Thamiris Macedo/Anim Grafts





mostram que a Eternit no Brasil atuava sem cautelas mínimas de higiene e segurança do trabalho, fundamentais quando a matéria-prima industrial é uma substância carcinogênica. Houve situações em que o equipamento de proteção oferecido ao trabalhador se restringiu a um jaleco de laboratório. Eu outras ocasiões, eram oferecidos equipamentos de proteção, como as máscaras, mas o uso não era fiscalizado.

Terceiro maior produtor de amianto no mundo, o Brasil discute a possibilidade de banir esse tipo de indústria há mais de 20 anos. Naquela época, o tema foi debatido no Congresso Nacional e o amianto poderia ter sido banido no território brasileiro em 1997. Mas o texto aprovado pelos congressistas ficou bem diverso da ideia inicial e manteve a permissão de explorar o uso controlado da fibra.

Atualmente, 21 cidades brasileiras e cinco estados (São Paulo, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco) proíbem o uso da fibra. Essas leis foram questionadas em 2012, no Supremo Tribunal Federal (STF), sob alegação de que uma lei estadual não pode se sobrepor a uma lei federal, no caso a Lei 9.055/1995, que

permite uso controlado do amianto no Brasil. O STF ainda não concluiu a análise. A fábrica da Eternit no Rio de Janeiro, por exemplo, funciona sob liminar.

Ação

Para o procurador do Trabalho e gerente nacional do Programa de Banimento do Amianto no Brasil, Luciano Leivas, a história industrial do fibrocimento com amianto na Europa pode ser dividida em três momentos. “Primeiro, veio a fase de inauguração e desenvolvimento da tecnologia poluidora do amianto. Depois, a exposição e a contaminação de trabalhadores e do ambiente natural pelo amianto. E, por fim, o banimento da tecnologia aliado à responsabilização civil e criminal das lideranças empresariais responsáveis pelo desastre ambiental, especialmente na Itália.”

Luciano Leivas destaca que no Brasil vivemos ainda o segundo momento da mesma história. “Suprimimos o primeiro momento, pois importamos exatamente a mesma tecnologia poluidora. Agora, com a ação civil pública,

vamos pular para o terceiro momento dessa história industrial.”

A ação do MPT destaca alguns argumentos da Eternit, chamando-os de falaciosos. Por conta do julgamento na Itália, em junho de 2012, a empresa afirmou em nota que nenhum caso de doença relacionada ao uso do amianto crisotila foi registrado entre os empregados admitidos no grupo a partir da década de 1980. “Tal afirmação consiste numa imensurável falácia. Diversos são os casos de empregados admitidos pela Eternit, a partir dos anos 1980, que apresentaram doenças diretamente relacionadas ao uso do amianto crisotila.”

Outro ponto é de que a Eternit também afirmou não haver qualquer relação com a Eternit de outros países, inclusive da Itália. “Isso não é verdade. Ficou demonstrado que a Eternit do Brasil e os múltiplos estabelecimentos da empresa espalhados pelo mundo possuem ou possuíram relação de grupo econômico liderado pelo mesmo dirigente empresarial, cuja matriz tinha sede na Suíça”, afirma o procurador Luciano Leivas. Além disso, o processo tecnológico usado na matriz e nas filiais durante muitos anos é o mesmo. [X]

Outro lado

A reportagem de **Labor** entrou em contato por telefone e correio eletrônico com a assessoria de imprensa da Eternit, sobre as denúncias publicadas nesta edição sobre a contaminação por fibra de amianto, os acordos extrajudiciais, o kit morte e a ação civil pública movida pelo MPT.

Até o fechamento desta edição, às 19 horas de 24 de outubro de 2013, a empresa não havia se manifestado.